

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.722.411 - SP (2018/0025728-7)

RELATORA	: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO - SP329896
AGRAVADO	: CLEIA LUIZA ASSAD PEREIRA
AGRAVADO	: MARIA ORLANDA GUERREIRO DE QUEIROZ
AGRAVADO	: CLEUSA DE LOURDES MENDES
AGRAVADO	: SOLANGE ROCHA DOS SANTOS SANTORELLO
AGRAVADO	: TEREZA GENI VITURI DANTAS
AGRAVADO	: ELVIRA GRISI MOURARIA
AGRAVADO	: ELSI CARMEM CURY ISMAEL
AGRAVADO	: MARIA APARECIDA CORREA
AGRAVADO	: CLEBER JOSE MUNHOZ
AGRAVADO	: DINAH MARTINS DE OLIVEIRA PITELLI
AGRAVADO	: ELISETE LUZIA HERNANDEZ VISCARDI
AGRAVADO	: FATIMA GALISTEU BORGHI
AGRAVADO	: IZILDA FATIMA DA SILVA VIEIRA
AGRAVADO	: LUIZ CARLOS DOSUALDO
AGRAVADO	: MARIA RITA TEDESCHI RODRIGUES DE SUNTI
AGRAVADO	: MARILUCY FABRETTI MAGNANI
AGRAVADO	: JAMIRO BIBIANO DA SILVA
AGRAVADO	: EDNA RAMOS
AGRAVADO	: MARCIA DO MONTE TAVARES DA SILVA
AGRAVADO	: ELIANE AMARAL DE QUADROS
AGRAVADO	: ELIANE APARECIDA CASTRO
AGRAVADO	: ANTONIA ROSA BARBOSA DA CRUZ
AGRAVADO	: GLORIA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA
AGRAVADO	: LUZIA NUNES GRANADO
AGRAVADO	: ADRIANA ANDRADE TAVARES DE ALMEIDA
AGRAVADO	: ANA DOS SANTOS MOREIRA
AGRAVADO	: DULCE MARILIA ORSI NICOLINO
AGRAVADO	: ESTHER MARCIAL FERREIRA
AGRAVADO	: GENI MARIA PROCOPIO DE SOUZA
AGRAVADO	: HELMA FERREIRA BARRETO
ADVOGADOS	: APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS E OUTRO(S) - SP097365
	ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO - DF012067
ADVOGADOS	: ERYKA FARIAS DE NEGRI - DF013372
	ANDRE LUIZ DE SOUZA LIMA - SP321249

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão de minha lavra, que negou provimento ao Recurso Especial,

com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ.

Inconformada, a parte ora agravante sustenta que:

"A decisão ora agravada negou provimento ao recurso do ente público pelos seguintes fundamentos: (i) aplicação da súmula 211/STJ; (ii) incidência da súmula 7/STJ.

Com a devida vênia, partiu-se de premissas inexatas para se chegar à conclusão apontada, fazendo-se necessária a interposição deste agravo interno.

Em primeiro lugar, não se aplica, no caso, a súmula 211/STJ. Conforme jurisprudência pacífica desse egrégio Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento não exige que haja menção expressa aos dispositivos tidos como violados. É necessário, tão somente, que, na fundamentação, o aresto recorrido tenha adentrado na matéria controvertida. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.453.874, AgRg no REsp 1.471.694 e AgRg no AREsp 673.365.

No caso dos autos, apesar de o Tribunal não ter feito referência ao dispositivo (art. 1º do Decreto 20.910/32), ele se manifestou a respeito da incidência de prescrição quinquenal em caso de ação contra a fazenda estadual, o que corresponde, justamente, ao conteúdo normativo em debate no recurso especial.

(...)

Por fim, destaca-se que não se verifica a necessidade de revolvimento de fatos e provas para infirmar a premissa firmada pela Corte local, no sentido de que estaria ausente a comunicação dos interessados acerca da propositura da ação para que o prazo prescricional possa correr.

Consta do recurso especial a assertiva de que não há falar em obrigatoriedade, mesmo em se tratando de execução de ação coletiva, de dar ciência do título executivo aos eventuais interessados por meio de publicação em edital, considerando que o art. 94 do CDC não faz essa exigência. Assim, a controvérsia estabelece-se de forma estritamente jurídica, sem que seja necessário o revolvimento da premissa fática destacada pelo Tribunal "a quo".

O recurso especial defende que, mesmo que presente a premissa (ausência de comunicação), prosperaria a pretensão do ente público (ocorrência de prescrição), pois a ciência era de todo dispensável. A questão a ser decidida está ligada, assim, à dispensabilidade da comunicação em casos com o dos autos, o que, aliás, já foi decidido por esse egrégio STJ por ocasião do julgamento do tema 877" (fls. 963/965e).

Por fim, requer "conhecimento e o provimento deste recurso para que o recurso especial seja conhecido e provido" (fl. 965e).

Intimada, a parte agravada apresentou Impugnação (fls. 970/9768e), pugnando pelo desprovimento do agravo.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela agravante, reconsidero a decisão de fls. 953/958e.

Passo, novamente, ao exame do Recurso Especial.

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, III, **a**, da CF/88 contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO – Execuções individuais – Título judicial de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde - SINDSAÚDE na qualidade de substituto processual dos servidores – Prescrição – Não corre a prescrição enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva – Tampouco corre a prescrição enquanto não publicado o edital ao qual alude o art. 94 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – Inaplicabilidade do julgamento proferido no REsp 1.388.000/PR (tema 877) por se tratar o leading case diverso - Afastado o decreto de prescrição.

EXCESSO DE EXECUÇÃO – Alegada a ocorrência de excesso pela inaplicabilidade pelos exequentes da Lei nº 11.960/09 no tocante à correção monetária Cabimento Necessidade de aplicação da modulação dos efeitos da decisão proferida pelo STF no julgamento das ADIN's 4.357 e 4.425.

EMBARGOS À EXECUÇÃO – Ação de natureza indenizatória – Descontos previdenciário e de assistência médica – Descabimento – Inadmissível o desconto sobre valores indenizatórios que visam recompor o patrimônio do servidor Questão disciplinada pelo disposto no art. 4º da Lei Estadual nº 8.974/94.

Sentença reformada para afastar o decreto de extinção.

Recurso dos exequentes provido, em parte" (fls. 350/351e)

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, acolhidos no que tange aos juros de mora, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS – INDICAÇÃO DE ERRO

MATERIAL – PERTINÊNCIA – DECLARAÇÃO INTEGRATIVA – COMPLEMENTAÇÃO DAS RAZÕES DE DECIDIR.

RECURSO ACOLHIDO para Complementar decisão" (fl. 382e)

Sustenta a parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, ofensa aos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 3º do Decreto-Lei 4.597/42 e 94 do Código de Defesa do Consumidor, sob os seguintes fundamentos:

"(...) o título condenatório transitou em julgado em 10/6/08 (fl. 391 dos autos físicos) e que a execução foi promovida em 24/11/14 (e-fl. 01), quando já decorridos mais de cinco anos daquela data, pelo que o crédito executado é inexigível.

E nem se diga que o número de credores ensejou a demora para o cumprimento da obrigação de fazer, uma vez que é normal nas ações coletivas a quantidade de credores, devendo haver o devido respeito ao julgado no TEMA 877 do STJ.

Em outras palavras, é da própria essência do instituto a quantidade elevada de credores, sendo que no presente caso não há um número excepcionalmente grande que justifique o distinguishing.

(...)

Outrossim, os sucessores dos exequentes devem observar o mesmo prazo prescricional, considerando que 'A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor' (art. 196 do Código Civil), ressalvadas as hipóteses legais de suspensão e interrupção da fluência do prazo prescricional.

Ainda quanto aos sucessores, não têm aplicação as regras de suspensão do processo para habilitação do CPC, enquanto não requerida a execução. Por óbvio, só se suspende um processo, seja de conhecimento seja de execução, se ele já tiver sido iniciado.

(...)

Ademais, a citação da Fazenda para obrigação de fazer NÃO interrompe a prescrição da obrigação de pagar quantia, conforme entendimento do Egr. STJ:

(...)

Com efeito, não é de se pensar na suspensão da fluência do prazo prescricional enquanto se aguarda a juntada das fichas financeiras pela Administração Pública, conforme entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; por todos:

(...)

Isso porque, configurada a demora no fornecimento de tais

informações pela Administração Pública, incumbe ao credor ajuizar medida cautelar de protesto visando a interromper a fluência do prazo prescricional, conforme pacífico entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça; por todos:

(...)

Logo, em regra não há suspensão/interrupção da fluência do prazo prescricional enquanto se aguarda o fornecimento de informes oficiais.

(...)

Ademais, não há que se falar em obrigatoriedade, mesmo se tratando de execução de ação coletiva, de dar ciência do título executivo aos eventuais interessados por meio de publicação em edital, considerando que o art. 94 do CDC não faz essa exigência, conforme entendimento do Egr. STJ alcançado em sede de RECURSO REPETITIVO (Tema 877):

(...)

Não é demais lembrar que o STF já reconheceu a ausência de repercussão geral na matéria em tela (TEMA 673/STF - inexistência de repercussão geral - matéria infraconstitucional - 'Prazo prescricional aplicável às execuções individuais de sentença prolatada em processo coletivo'), prevalecendo o entendimento do Colendo STJ" (fls. 369/375e)

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 400/435e).

Na decisão de fl. 901e, o Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de origem determinou o retorno dos autos ao Órgão Julgador para os fins do art. 543-C, § 7º, II, do CPC/73. Em cumprimento de tal decisão, fora prolatado o acórdão de fls. 903/906e, publicado em 02/08/2017, onde o órgão julgador afasta a similitude dos presentes autos ao entendimento fixado pelo STJ no REsp 1.388.000/PR, representativo de controvérsia:

"DEVOLUÇÃO DE AUTOS PARA ADEQUAÇÃO - CASO ESPECÍFICO QUE NÃO COMPORTA TAL FIM - SITUAÇÃO FÁTICA DE PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA NO CASO CONCRETO - VOTO GUIA NÃO APLICÁVEL EM CASO DE RETARDO CAUSADO PELA PRÓPRIA EXECUTADA. ADEQUAÇÃO NÃO ACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA" (fl. 905e).

A recorrente ratificou as razões de seu Recurso Especial (fl. 910e), que foi

admitido pelo Tribunal de origem (fls. 911/912e).

A irresignação não merece conhecimento.

O Tribunal local, ao analisar a controvérsia, consignou, expressamente, que:

"De outro lado, também não merece prevalecer tal entendimento pela ocorrência da prescrição, pois apesar do lapso temporal quinquenal ocorrido entre a decisão do processo de conhecimento e a promoção da ação de execução, sendo título executivo judicial, embora tornado certo pelo trânsito em julgado daquela sentença de conhecimento, só pode ser executado quando também tornado título líquido. Não correndo, assim, o prazo prescricional.

(...)

Neste sentido, não há que se argumentar a respeito da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos moldes do art. 543-C do CPC ao apreciar o REsp nº 1.388.000/PR (Tema 877), julgado em 26.08.2015, uma vez que o leading case não apresenta consonância com o abordado nos presentes autos. Ademais, importante consignar que mesmo não sendo o caso de aplicação do referido julgado, a questão não fora decidida uniformemente pelo Colegiado, havendo declaração de voto vencido do ilustre Ministro Napoleão Nunes Maia Filho que bem sintetiza a divergência:

(...)

Destarte, não há que falar em eventual observância do Tema 877 do STJ (REsp 1.388.000/PR), considerando que no caso presente restou demonstrado o retardo de anos para se dar início ao efetivo cumprimento da obrigação de fazer, diante do grande número de litisconsortes (5.022 servidores), não podendo ser atribuída a responsabilidade pela demora na apresentação dos informes aos exequentes, considerando que atribuição da executada, uma vez que dependiam de tais documentos para fins de individualização dos valores devidos a cada um dos litisconsortes, o que afasta a aplicação do precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça" (fls. 355/360e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a **Súmula 283/STF**, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Em face do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC") e, considerando a sucumbência recíproca estabelecida pelas instâncias ordinárias, majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, devido ao advogado da parte **recorrida**, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, sendo vedada a compensação, nos termos do § 14 do aludido dispositivo legal.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora